

HOSPITAL DE GUARNICAÇÃO DE MARABÁ

Estudo Técnico Preliminar 6/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 64591.000069/2026-51

2. Descrição da necessidade

O presente processo tem por objeto a aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP envasado em botijões P13 e P45, destinados a atender as necessidades de cocção e/ou aquecimento de alimentos do Setor de Aproveitamento do Hospital de Guarnição. Tendo em vista a utilização do Gás Liquefeito de Petróleo a granel para confecção das refeições diárias: café, almoço, jantar e ceia; e a necessidade do uso do GLP, em eventos comemorativos e atividades de adestramento no terreno que ocorrem durante todo o ano por parte desta OM. Ademais a continuidade do fornecimento é essencial para a manutenção das atividades básicas de suporte aos servidores e ao público atendido.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Aproveitamento	2º Ten Victor Ângelo

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1 Os materiais adquiridos deverão obedecer às normas e regulamentos técnicos que dispõem sobre a qualidade, seg
- 4.2 Quantitativo: Botijão P13 (13 kg): 65 Kg, e Botijão P45 (45 kg): 4275 kg.
- 4.3 A entrega deve ser realizada de forma parcelada, conforme necessidade da unidade, garantindo a reposição em tempo hábil para não haver interrupção das atividades.
- 4.4 Os requisitos da contratação abrangem ainda:
- 4.1.1 O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) da validade total, recomendada pelo fabricante, a partir da sua data de fabricação.
- 4.1.2 Em sujeição às normas técnicas, os materiais devem atender aos requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança e atender às normas técnicas aplicáveis ao objeto e divulgadas por órgãos oficiais competentes.
- 4.1.3 Para o fornecimento dos materiais, objeto deste estudo técnico preliminar, a contratada deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto n.º 7.746, de 05/06/2012, da Casa Civil, da Presidência da República.
- 4.1.4 A contratada deverá entregar o material, quando da solicitação da Contratante, em remessa única, nos endereços especificados no instrumento convocatório;
- 4.1.5 A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues;

4.1.6 A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;

4.1.7 Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

4.1.8 A proposta da contratada deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal. Deverá ainda conter a indicação do banco, número da conta e agência, para fins de pagamento;

4.1.10 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

4.1.11 **DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:** a empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes de correntes da Lei nº 6.938/81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovações oficiais, além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólidos.

4.1.11 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

4.5 JUSTIFICATIVA PELA NÃO DESTINAÇÃO DE COTAS RESERVADAS PARA ME/EPP

É certo que a destinação de ITENS EXCLUSIVOS de COTAS de até 25% (vinte e cinco por cento) às micro e pequenas empresas é a regra nos casos de licitações de bens de natureza divisível, conforme determina os incisos I e III do art. 48, da Lei Complementar 123/2006. Contudo, existem exceções que podem ser avocadas pela Administração, desde que apresente as devidas justificativas, pois o tratamento diferenciado resulta de expressa disposição constitucional (CF/88, art. 170, IX), sendo seu dever esclarecer os motivos pelos quais decidiu que determinada licitação não será exclusiva. Nesse sentido, o art. 49 da Lei Complementar nº 123/06 proíbe a aplicação do disposto nos seus artigos 47 e 48, o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, inciso III do art. 49, da Lei Complementar 123/2006.

Considerando que a **DIVISÃO** de itens em **COTA RESERVADA PARA ME/EPP** e COTA DE PARTICIPAÇÃO GERAL, pode afastar a participação de potenciais fornecedores para o objeto, pois os quantitativos dos produtos licitados, divididos em cotas, não seriam suficientes para atrair a participação de um maior número de empresas e também poderia ocasionar datas de entregas e características diferentes para o mesmo produto licitado, pois a divisão de itens em cotas abre a possibilidade para que o produto seja arrematado por duas empresas diferentes.

A adoção de COTAS RESERVADAS para ME/EPP também pode ocasionar restrição à participação de fabricantes, distribuidores e de empresas de grande porte que atuam no ramo. É certo que para a aquisição do objeto desta licitação os custos com tributos, transportes, margem de lucro e outros incidem em toda a cadeia comercial, da aquisição até a finalização da venda. Tal fato desencadeia uma maior onerosidade às ME/EPP's colocando os seus preços em um patamar mais elevado. Caso haja destinação de COTAS para ME/EPP nos itens, sem os parâmetros adequados que garantam a existência de fornecedores capazes de atender a demanda, a Administração poderá conduzir uma licitação ineficaz, com item deserto e/ou fracassado, em virtude da ausência de fornecedores. A Administração seria levada a repetir o procedimento, o que aumentaria os custos da aquisição, gerando prejuízos.

Diante disso, considerando o risco presente na concessão de COTAS para ME/EPP e ausência de parâmetros que afastem esses riscos, considerando ainda que tal decisão preserva a competitividade do certame, garante a isonomia e possibilita a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, e que **as ME e EPP terão garantidos os outros benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123, de 2006, NÃO SERÁ DESTINADO Itens com COTAS RESERVADAS PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, por conta de tal decisão poder representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada cujo o ramo de atividade seja compatível como objeto pretendido.

5.2 Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa.

5.3 Logo, a aquisição dos materiais objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos materiais a serem adquiridos, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

5.4 A aquisição dos materiais em apreço se apresenta como a melhor alternativa para a solução da demanda neste momento, uma vez que os bens são de consumo e podem ficar em posse da instituição por um longo prazo. Ademais a instalação de gás canalizado (GN) se faz inviável no momento devido à ausência de infraestrutura de rede na região ou alto custo de adaptação predial. Desse modo, compreende-se a aquisição como opção mais viável. Considere-se também que não foram encontradas outras alternativas no mercado de fornecedores locais ou regionais ou até mesmo a nível nacional que atendam à presente necessidade de forma satisfatória.

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta compreende a aquisição de gás liquefeito de petróleo (GLP) P13 e P45, com a prestação de serviço de entrega e substituição dos botijões vazios pelos cheios nos locais indicados pelo órgão contratante. Assim, a Administração transfere à empresa especializada, vencedora da licitação, a atribuição de fornecer.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa das quantidades foram levantadas, levando-se em consideração os seguintes parâmetros:

7.1.1 O histórico de consumo dos últimos 12 (doze) meses, provenientes de contratos pactuados no período, para atendimento às respectivas unidades, notas de empenho emitidas e relatório do SISCOFIS das organizações militares envolvidas;

7.1.2 Sazonalidades conhecidas ou períodos com grande variação das quantidades demandadas;

7.1.3 Público de usuários lotados ou em circulação nas instalações das unidades;

7.1. 4 Consulta a outros órgãos da Administração com perfil, necessidades ou demandas semelhantes para uma comparação.

7.2 As estimativas de consumo individualizadas, encontram-se consignadas na tabela a seguir:

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA

1	461651	Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, em vasilhame de 45 Kg. Uso: industrial. Botijão fabricado em aço para acondicionamento de GLP, dentro das normas da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e biocombustíveis. (Recarga)	Quilograma	4.275
2	461652	Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, em vasilhame de 13 Kg. Uso: doméstico. Botijão fabricado em aço para acondicionamento de GLP, dentro das normas da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e biocombustíveis. (Recarga).	Quilograma	65

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 30.788,10

8.1 Com base na pesquisa de preço realizada no tipo de material , verificou-se que o valor estimado da referida contratação é de R\$ **30.788,10** (trinta mil, setecentos e oitenta e oito reais e dez centavos).

8.2. Conforme levantamento realizado, foram buscadas as propostas mais vantajosas para as Organizações Militares. Este estudo foi seguido de ampla pesquisa de mercado, sendo a pesquisa de preços entendida como um procedimento prévio e indispensável para a estimativa de custo do objeto.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 A presente demanda será por **grupo de itens** de acordo com a região de entrega do objeto pretendido, com vistas a propiciar o melhor aproveitamento do mercado e a padronização, controle de estoques e diminuição de possíveis erros, além da segurança orgânica. Ademais o parcelamento não irá alterar as características do objeto a ser adquirido. Por esta razão, a forma de aquisição será eventual, por Pregão Eletrônico SRP.

9.2 Desta forma, oportunizar-se-á a participação de um maior número de empresas com sede no interior do Estado, às quais poderão ofertar lance para o item em que a região de entrega fique mais próxima ao seu estabelecimento, evitando, assim, que as propostas de preços venham a contemplar valores muito acima dos verificados no mercado local, devido ao custo decorrente do transporte dos botijões para todas as unidades desta Instituição.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não se faz necessária a realização de demais contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido, nem há pretensão de realizar contratações futuras para que o objetivo desta contratação seja atingido, razão pela qual este item não será considerado no planejamento.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A contratação, objeto do presente estudo técnico preliminar, está alinhada ao Plano de Contratações Anual 2026, visando a manutenção do custeio administrativo e a eficiência operacional das unidades requisitantes, em conformidade com às disposições do art. 2º, da Instrução Normativa n.º 1, de 10 de janeiro de 2019.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Com esta contratação, pretende-se assegurar o fornecimento contínuo do referido objeto com vistas à melhoria das condições de trabalho, visando atender ao consumo dos militares e usuários das OMs requisitantes, reduzindo-se, desta forma, possíveis problemas na confecção da alimentação.

12.2 Observa-se ainda que, o fornecimento de gás objeto deste estudo, ao ser realizado conforme previsto no futuro contrato, possui relação direta com a disciplina da higiene e segurança do trabalho, cujos benefícios, em conteúdo exemplificativo são:

- a) favorecimento da qualidade de vida e saúde dos militares;
- b) aproveitamento de forma eficaz do local de trabalho;
- c) aumento de credibilidade para a Instituição.

12.3 Desta forma, a Instituição poderá cumprir seu dever institucional, com eficiência e eficácia, oferecendo à sociedade um serviço de qualidade reconhecida, com o melhor aproveitamento possível dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive, observando-se as políticas de responsabilidade ambiental adotadas por este Órgão.

13. Providências a serem Adotadas

A presente aquisição requer que a fiscalização deverá conferir o peso dos botijões no ato da entrega, de forma a verificar que todas as especificações técnicas e exigências foram cumpridas.

Deverá constar no Edital, o prazo de até **10 dias** para o recebimento do material a ser entregue.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratada deverá realizar a destinação final adequada dos recipientes avariados e observar as normas de segurança para transporte de produtos inflamáveis, conforme o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Tendo em vista a necessidade de aquisição do material para o Setor de Aproveitamento, ressalta-se que tal material é imprescindível para a vida vegetativa da OM, assim é viável a realização do Pregão para a aquisição a aquisição de Gás GLP.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DIEGO LIMA DE OLIVEIRA

Membro da comissão de contratação

GUSTAVO KAWA SILVA SANTANA

Membro da comissão de contratação

VICTOR ANGELO ALVES DA CRUZ SANTOS

Membro da comissão de contratação